



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 4334/2014 (apenso o de n.º 480.000.960/2010)

PARECER: 0652/2014 - MF

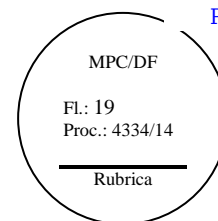
EMENTA: Decisão n.º 1.967/1999, III. Instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF. Irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militares da Corporação. Nesta fase: órgão técnico procedeu à análise inicial dos autos, considerando o ato doloso, concluiu, em harmonia parcial com a CTCE e com o Controle Interno, pela imputação de responsabilidade ao beneficiário pelo débito atualizado e corrigido por juros moratórios; sem responsabilizar os gestores. Sugestões. Pela citação. Parecer parcialmente convergente. Pela audiência dos gestores, com alerta sobre possibilidade de aplicação de multa. Por determinação à PMDF para que instaure procedimento disciplinar. Pelo do envio de cópia ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial - TCE instaurada em atendimento ao item III da Decisão n.º 1.967/1999¹, reiterado por meio do item V, “a”, da Decisão n.º 6.658/2009² e, ainda, uma vez mais repetido, por meio do item II da Decisão n.º 224/2010³, para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem de militares da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF à inatividade no período de 1994 a 1998; neste caso, do militar Aécio Flávio Costa Silva.

¹ **Decisão n.º 1.967/1999.** O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) III - determinar à Secretaria de Segurança Pública que, em face do que dispõe o artigo 153 do Regimento Interno do TCDF (Resolução n.º 38, de 30/10/90), instaure tomada de contas especial, na forma da Resolução TCDF n.º 102, de 15/7/98 (DODF de 20/7/98), com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão de indenização de transporte na PMDF durante os exercícios compreendidos entre 1994 e 1998, de modo a quantificar os prejuízos verificados; (...) (g.n.)

² **Decisão n.º 6.658/2009.** O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) V - alertar a Secretaria de Estado de Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal: a) para que instaure e comunique a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, nova comissão de tomada de contas especial para apurar possíveis prejuízos e indicar os responsáveis por possíveis irregularidades ocorridas na concessão de indenização de transporte na Polícia Militar do Distrito Federal, nos exercícios de 1994 a 1998, Processo n.º 050.000.588/2001; (...) (g.n.)

³ **Decisão n.º 224/2010.** O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II - reiterar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para atendimento no prazo de 15 (quinze) dias, o disposto no item V da Decisão n.º 6.658/2009, alertando o titular daquela Pasta acerca da possibilidade de aplicação da sanção prevista no inciso VII do art. 57 da Lei Complementar n.º 1/1994, no caso de descumprimento desta decisão; (...) (g.n.)



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

2. Nesta fase processual, o órgão técnico, por meio da Informação n.º 141/2014 – SECONT/1ªDICONTE (fls. 10/17), realizou o exame inicial, considerando, em linha com o posicionamento da Comissão Tomadora de Contas Especiais – CTCE e do Controle Interno, pela responsabilização do beneficiário, considerando irregular a concessão e o pagamento de indenização de transporte realizados em razão da falta de comprovação da fixação de residência no local indicado, bem assim que houve dolo na conduta do agente ao tentar simular a transferência de domicílio, razão pela qual o débito deveria considerar a atualização monetária devida, bem como sofrer a incidência de juros de mora (§§ 16/17 - fls.14/15).

3. Quanto aos gestores, tomou como base as Decisões n.º 5.666/2013, n.º 5.667/2013 e n.º 5.668/2013, considerando que a responsabilidade caberia tão somente ao beneficiário. Sendo assim, apesar de reconhecer que existiria a possibilidade de ter havido omissão na fiscalização, não ofertou proposição no sentido de apená-los (§ 18 – fl.15).

4. Em relação ao encaminhamento de cópia à Corporação, para instauração de procedimento disciplinar, e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para apreciação, consignou (§§ 19/20 – fl. 15):

“20. No tocante ao encaminhamento de cópia dos autos à PMDF para instauração de procedimento disciplinar, nos termos do voto proferido pela Ilustre Conselheira Anilcéia Luzia Machado, nos autos do Processo nº 27.851/2012, entre outros, (...) *“essa deliberação deverá ser adotada após a realização da citação e da análise da defesa, tendo em conta que a oitiva do possível responsável poderá trazer subsídios aos autos, viabilizando apreciação mais segura do mérito”*.

21. Deixaremos de sugerir o envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, em razão das irregularidades identificadas nos autos, considerando o entendimento acerca da prescrição penal proferido pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília, nos autos do Requerimento nº 08190.063178/13-81, conforme o Ofício nº 23/2013- 7ª PJCr/MPDFT, cópia às fls. 04/08.”

5. Nesse sentido, concluiu (§ 21 – fls. 15/16) e ofertou ao e. Plenário as sugestões de fls. 16/17, *in verbis*:

“I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial, objeto do Processo nº 480.000.960/2010;

II. nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, ordene a citação do militar mencionado no parágrafo 21 desta Instrução para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, ou recolha, desde logo, o débito que lhe foi imputado nos autos, no valor de R\$ 39.904,57 (atualizado até 05/06/2014), quanto ao recebimento inde-



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

vido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, conforme Matriz de Responsabilização à fl. 09, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 20, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.”

6. Os autos vieram ao Ministério Público de Contas – MPC para parecer, que converge parcialmente para com a instrução.

7. O MPC acompanha o órgão técnico quanto à responsabilização do beneficiário pelo débito atualizado e corrigido com juros moratórios, em razão de considerar que não houve comprovação da efetiva mudança de domicílio, consoante apurado nos autos desta TCE na fase interna, bem assim quanto sugestão de aplicação da reprimenda do art. 60 da LC n.º 1/1994.

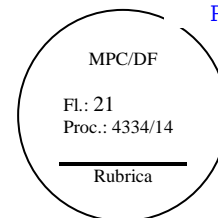
8. Noutro giro, dissentindo da instrução, o *Parquet* entende necessária a audiência dos gestores, com alerta para a possibilidade de apenação, em face dos indícios de omissão, como bem registrou o órgão técnico (§ 18 – fl. 155):

“19. Por fim, tendo em conta possível omissão no dever de fiscalizar e ausência de comprovação dos requisitos necessários à concessão e ao pagamento da indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar da PMDF, os gestores responsáveis poderiam ser convocados aos autos para apresentação de defesa. (...)” (grifos nossos)

9. Além disso, em face da conduta dos agentes envolvidos, importa determinar a PMDF que instaure procedimento disciplinar; bem como, remeter cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

10. De plano, importa registrar que esta Procuradoria sempre pugnou por não se imputar a responsabilidade aos gestores em solidariedade com o beneficiário. Contudo, é inconteste que prejuízo houve, o que pode ter se dado ou agravado pela falta de fiscalização ou de zelo dos gestores.

11. Em casos que tais, ainda que a responsabilidade pelo dano seja imputada tão somente ao beneficiário, impende apurar se os gestores, com sua conduta, contribuíram para que se desse a irregularidade. Isso por que a questão da falta de condição para a persecução do prejuízo no que tange aos gestores não se confunde com a possível apenação pela



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

conduta culposa que contribuiu para a conformação de dano. Frise-se, são questões distintas.

12. No caso *sub analise*, é indubitável que ocorreu falha dos gestores em sua atuação; pois, se houvessem agido com atenção e zelo, tudo isso poderia ter sido evitado, razão pela qual, em todos os outros pareceres da espécie, tem-se opinado por que a conduta culposa desses agentes seja repreendida com as sanções previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da LC n.º 1/1994. Não existe distinção entre esses e aqueles casos, visto que o prejuízo se deu, também, em razão da conduta culposa dos gestores, razão pela qual merecem idêntico tratamento.

13. Sendo assim, pugna o *Parquet* pela necessária audiência dos gestores para que apresentem suas alegações de defesa em face da possibilidade de julgamento de suas contas pela irregularidade, com fulcro no art. 17, inc. III, alínea “b”, da LC n.º 1/1994, bem assim da aplicação das multas previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da LC n.º 1/1994, em razão do prejuízo que poderia ter sido evitado se houvesse maior zelo e atenção em sua atuação.

14. Cumpre asserir, ainda, que o órgão técnico rechaçou a possibilidade de envio de cópias dos autos à PMDF, para instauração de procedimento disciplinar, e ao MPDFT, para as providências de sua alçada, como sói acontecer em casos da espécie.

15. Nada obstante, impende consignar que a 1ª Procuradoria de Contas não se filia à tese da prescrição punitiva propugnada alhures, razão pela qual opina por que a e. Corte determine o envio de cópia ao MPDFT, para adoção das providências, bem assim determine a PMDF a instauração do devido procedimento disciplinar com o fito de apurar a conduta dos militares em evidência.

16. Impende frisar que o e. Tribunal já teve oportunidade de se manifestar sobre o tema da prescrição punitiva (*ex vi* Decisões n.º 5.843/2012⁴ e n.º 5.838/2012⁵), esclare-

⁴ **Decisão n.º 5.843/2012.** O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) V. reiterar ao CBMDF a diligência determinada pelo item “IV-a” da Decisão nº 424/12, esclarecendo que, no presente caso, dada a ausência de previsão das hipóteses de suspensão ou interrupção do prazo prescricional na legislação que rege o processo administrativo militar, considera-se como termo inicial da prescrição o que estabelece o Código Penal Militar – CPM, no sentido de que “o curso da prescrição interrompe-se pela instauração do processo” e que “a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime”; (...)

⁵ **Decisão n.º 5.838/2012.** O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) V. reiterar ao CBMDF a diligência determinada pelo item “IV-a” da Decisão nº 424/12, esclarecendo que, no presente caso, dada a ausência de previsão das hipóteses de suspensão ou interrupção do prazo prescricional na legislação que rege o processo administrativo militar, considera-se como termo inicial da prescrição o que estabelece o Código Penal Militar – CPM, no sentido de que “o curso da prescrição interrompe-se pela instauração do processo” e que “a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime”; (...)



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

cendo que o curso da prescrição se interrompe pela instauração do processo (art. 125, § 5º, Código de Processo Militar - CPM); bem como, não correrá enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime (art. 125, § 4º, CPM).

17. Ademais, quanto ao envio ao MPDFT, cumpre esclarecer que cabe àquele órgão ministerial a prerrogativa da propositura da ação penal, de onde deriva o poder de dizer da prescrição; e não a Corte de Contas. Demais disso, o parecer usado como referência não vincula os demais pareceristas daquele órgão, bem como não autoriza a sua aplicação pela e. Corte em casos que entenda idênticos.

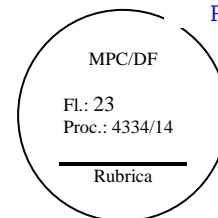
18. Nessa esteira, frente à robustez dos indícios, bem assim à contumácia nas irregularidades do tipo, tendo em conta os inúmeros casos apurados nesta Corte, se faz necessário determinar à PMDF que, se ainda não o fez, instaure procedimento disciplinar, seja por meio de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para apurar a conduta dos agentes; bem como o envio de cópia dos autos ao MPDFT para que adote as medidas que entender cabíveis.

19. Em suma, o MPC acompanha o órgão técnico quanto à imputação de responsabilidade ao beneficiário pelo prejuízo apurado, com atualização monetária e incidência de juros de mora desde o pagamento. Igualmente, quanto ao alerta sobre a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 60 da LC n.º 1/1994 ao agente beneficiário em razão da gravidade da sua conduta.

20. Ademais, dissente do posicionamento adotado quanto aos gestores, por entender imperiosa a realização de audiência com vista à aplicação das multas previstas nos arts. 57, II e III, e 60, todos da LC n.º 1/1994 em face da conduta culposa que contribuiu para o dano; bem como entende imperativa a instauração de procedimento disciplinar no âmbito da Corporação, tanto assim o envio de cópia dos autos MPDFT para que adote as medidas de sua alçada.

21. É de ressaltar, no entanto, que, no caso da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública distrital (art. 60 da LC n.º 1/1994), o *quorum* para condenação é de maioria absoluta dos membros do Tribunal, sendo que a citação para aplicação dessa penalidade não pode prescindir do referido *quorum*. Dispõe o art. 172, § 3º, do RI/TCDF que, havendo revelia, o Tribunal deverá imputar o débito ao responsável, com base nos elementos dos autos. Embora a revelia trate especificamente de débito, é evidente que se aplica também à penalidade mais grave do art. 60, porque o chamamento é feito para ambos os fins – ressarcimento e inabilitação. Esta é a única interpretação possível, mormente diante do art. 183 do RI/TCDF:

Art. 183. Ao responsável cujas contas forem julgadas irregulares poderá o Tribunal, por maioria de cinco sétimos de seus membros, aplicar, cumulativamente com



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

as demais sanções, a de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a cinco anos, bem como, no caso de servidor, promover junto à Administração a aplicação da pena de demissão, na forma da lei.

22. Em face do exposto, com as devidas vênias, opina o MPC por que a c. Corte adote as sugestões de fls. 16/17 com os seguintes reparos e adendos:

- I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo n.º 480.000.960/2010;
- II. ordene, nos termos do art. 13, inciso II, da LC n.º 1/1994, a citação:
 - a) do militar beneficiário mencionado no parágrafo 21 da instrução, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa; ou, desde já, o débito que lhe fora imputado, atualizado monetariamente e com a incidência de juros de mora, no valor de R\$ 39.904,57 (atualizado até 05/06/2014), quanto ao percebimento a título de indenização de transporte quando de sua passagem para inatividade, conforme Matriz de Responsabilização à fl. 09, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inc. III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, todos da LC n.º 1/1994; bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60 da LC n.º 1/1994, dada a gravidade da irregularidade ocorrida;
 - b) dos militares que atuaram como gestores, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, tendo em conta a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares, nos termos do art. 17, inc. III, alínea “b”, da LC n.º 1/1994; bem assim, quanto a possível apenação com as multas previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da LC n.º 1/1994, em face da omissão no dever de fiscalizar e da ausência de comprovação dos requisitos necessários à concessão e ao pagamento da indenização de transporte na passagem para a inatividade do militar beneficiário;



MPC/DF

Fl.: 24
Proc.: 4334/14

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- III. determine à Polícia Militar do Distrito Federal a instauração de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente do descumprimento de normas legais por parte dos militares citados;
- IV. autorize:
- a) o envio de cópias dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para as providências de sua alçada;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

É o parecer.

Brasília, 29 julho de 2014.

Márcia Farias
Procuradora